

Obs: As notas de rodapé são observações da tradutora.

[NdT: O pesquisador anotou, junto com “Madame Patterson 19.02”, “E Francisco Almeida”, que ao que tudo indica estava presente]

MILTON GURAN - Estamos no dia 19 de fevereiro de 1996, em Porto Novo, na casa da Madame Patterson. Madame, vamos retomar a história da prisão do Chachá Julião. Ele foi preso com Léopold de Medeiros, o tio da senhora, irmão mais velho de vosso pai, Cesário de Medeiros. Eles eram, então, muito ligados, e quando o rei de Abomé prendeu Julião, ele também prendeu Léopold. A senhora pode retomar isso?

FP - No momento da prisão, Julião não estava sozinho, ele foi preso com seus irmãos, entre os quais o avô do general de Souza, Georges de Souza. Breve, com muitos de seus irmãos, assim como com Léopold de Medeiros, filho de Francisca de Souza, que vivia com eles. Todos foram enviados para Abomé, via Uidá, porque justamente o Yovogans de Uidá receberam a ordem de prender todos os filhos de Chachá em Singbomey. E meu tio, neto, fazia parte, ele que tinha acabado de se casar. E não tinha como se opor. Chegando lá, depois do controle de identidade, o único que era o neto de *Yâ-Ágbalê* colocaram imediatamente de lado. Ora, durante esse tempo, sua mãe, que também é minha avó, e que estava, então, em Uidá, reuniu rapidamente seu mundo e enviou ao rei de Abomé uma importante delegação, composta de homens habituados a esse tipo de meio.

MG - Então foi a mãe de Léopold que enviou a delegação?

FP - Isso. *Yâ Agbelê* já estava morta. Foi então sua filha, mãe de Léopold, que enviou a delegação composta de quarenta e um homens que não eram estrangeiros, à Abomé, assim como seu *Récarde*<sup>1</sup> e presentes, como se deve. Quando eles chegaram lá, foi logo anunciado que Léopold estava já em instância de ser liberado. Todos retornaram então para Uidá.

MG - A senhora sabe por que 41 pessoas para a delegação?

FP - Exato. É simbólico, não podemos enviar nem mais, nem menos, pois se trata de uma situação bastante importante.

MG - Como se chamava o irmão mais velho de Julião, aquele que finalmente recuperou o que foi confiscado? Germano, é isso?

FP - É isso, Germano.

MG - E a senhora sabe por que ele não foi preso?

---

<sup>1</sup> Essa palavra já apareceu como “recade” em outras entrevistas.

FP - Ele certamente não devia estar lá, ou então ele se escondeu, ou fugiu.

MG - Bom, desculpe de passar do galo ao asno. Nós tínhamos discutido vários problemas e eu gostaria de retomar alguns temas que me são caros. Por exemplo, no início, quando os franceses chegaram, eles utilizaram bastante a família brasileira, como intermediária entre a administração e os autóctones. Mas, na medida em que eles se integravam, eles quiseram se livrar dela e teve alguns incidentes. E a senhora me falou de certo médico, a senhora se lembra?

FP - Claro! É meu primo<sup>2</sup>, o filho de Léopold Direlio de Medeiros. Ele foi enviado à escola de Medicina, em Bordeaux, e ele formou-se doutor em Medicina. Seu retorno ao país, Cotonu, não ficou agradado nada aos franceses que o bloquearam desde a sua chegada e que o impediram de trabalhar na administração, assim como [?]<sup>3</sup>. Foi assim que ele veio aqui para Porto Novo, onde ele abriu uma clínica. Eu o vi pessoalmente, ele estava aqui nos anos 31, 32, 33. A mulher [dele] era romana e por conta de histórias sentimentais, ele precisou vender o consultório, para poder financiar sua viagem de retorno. Isso deixou meu tio muito bravo, ele não tinha apreciado esse casamento. Na sequência, Léopold, pouco a pouco retornou para Cotonu, onde ele finalmente se estabeleceu. Depois veio a guerra de 34-44. Um dia, eu estava então em Uidá, onde fiquei sabendo que o médico colonial desejava ver meu primo. E meu tio teve que fazer diligência para obter combustível para fazer vir o filho. Era dia 23 de janeiro de [19]41. Foi assim que ele se engajou no front e foi enviado para Ratilingou<sup>4</sup>, como médico. Depois de Ratilingou, ele foi designado para o hospital de Uidá.

MG - É um exemplo de dificuldades de quadros mais letrados, a serem empregados pela administração colonial. Mas tem outros casos no comércio, outros de vosso conhecimento?

FP - Muitos. Tem o caso de Luís Inácio Pinto, o pai de Luís Pinto, advogado, que por ter sido declarado falido, teve que vender todos os bens dele.

MG - Entretanto ele fazia parte do conselho de administração da colônia. No caso, nos anos 20?

FP - Não impede que, mais tarde, a coisa tenha se passado. De fato, essas pessoas, por ter uma cultura relativamente densa (Ponto que falava, por exemplo, ao mesmo tempo inglês e iorubá) são incômodos para a administração.

MG - Era uma espécie de advogado defensor dos autóctones diante da administração.

FP - É isso! Eles estavam sabendo muitas coisas, eles estavam, por exemplo, em relação, ainda mais, com a Nigéria, onde tinham outros movimentos que aconteciam. Então, essas pessoas, em suas reivindicações, na forma como eles pensavam, incomodavam a administração colonial. É por isso que bem frequentemente, quando ela

---

<sup>2</sup> O pesquisador anotou o nome “Virgílio de Medeiros” na entrelinha superior.

<sup>3</sup> Incompreensível.

<sup>4</sup> A caligrafia está difícil e pode ser outro nome.

podia, a administração tentava eliminá-los, provocando-os, declarando-os falidos, inventando processos contra eles e condenando-os.

MG - Senhor Francis de Almeida, o senhor conhece um caso, um exemplo, do que se passou, para nos esclarecer sobre isso?

FA - Pessoalmente, eu não posso vos dar um caso preciso. Meu pai era da A.O.F., então, funcionário da administração colonial e eu deixei o Daomé com a idade de cinco anos e eu voltei com a idade de 30 anos. Mas eu ouvia dizer que certas pessoas eram maltratadas, pressionadas pela administração francesa, mas isso não é muito pertinente. Eu acho que Madame Patterson pode vos ajudar com isso. Tem, por exemplo, o caso de Ignácio Pinto, do qual ela falou, mas tem também o caso de Angelo e aquele do próprio tio dela, senhor Léopold de Medeiros, que tinha uma grande exploração agrícola próxima de Uidá e que o governador Faune<sup>5</sup> ameaçou várias vezes pela simples razão de que ele vivia bem melhor do que as pessoas da administração. Então, isso incomodava a administração colonial que tinha em face dela pessoas, quadros, elites que estavam em condição de defender os interesses das pessoas do país.

MG - Tem outra coisa também, eu não sei realmente em que medida isso pesou, mas o fato é que foi no fim do século passado e no começo desse aqui que todos os comércios estavam nas mãos dos brasileiros. Mas, a partir dos anos 20-30, eles passaram para as mãos dos marseheses.

FP - É isso. Eu acho que no começo da colonização tinha textos que diziam que os franceses colonos deviam se ocupar do comércio no atacado e que os outros deviam se segurar no varejo. Eram então a gente do país que também servia de intermediário entre os colonos e a floresta, os camponeses.

FA - Mas esses intermediários aí não se ocupavam apenas das mercadorias importadas: isso concernia também os produtos agrícolas tais que o óleo de palma (que era bem cotado em Marselha) e as amêndoas da palmeira. E eram os brasileiros que faziam a ligação entre os franceses que tinham as usinas e que recebiam diretamente os produtos de base.

MG - Então, quando os franceses se estabeleceram depois de Bebanzin<sup>6</sup>, eram os brasileiros que faziam o comércio de exploração de óleo de palma. Os franceses arrancaram esse comercio para confiá-lo aos marseheses...

FP - Eu acho que isso veio de Faune. Porque o governador Faune e alguns agentes do Estado francês perceberam que o fato de os brasileiros terem um nível de cultura elevado e que falavam a língua do país, eles podiam mais do que ninguém servir de intermediário entre os grandes comerciantes franceses e as pessoas do país. Mas eles perceberam que esses intermediários tornavam-se mais e mais ricos e opulentos. Ora, isso era... Isso incomodava o governo francês e então era preciso liquidá-los, derrubá-

---

<sup>5</sup> Até aqui o governador vinha sendo chamado de Foun.

<sup>6</sup> A caligrafia está difícil, pode ser outro nome.

los. Foi a partir desse momento que o governador Faune baixou um decreto para dizer que a partir daquele momento os negociantes franceses também podiam se ocupar do varejo.

MG - Foi depois da guerra de 14-18. Foi esse mesmo governador Faune que mandou prender vosso tio Léopold de Medeiros?

FP - Isso.

MG - Como foi essa historia entre o governador Faune e Léopold de Medeiros?

FP - É ainda a historia de colocar todo mundo na falência! Os comerciantes tinham que ir à falência e assim eles rendiam seus bens e não tinham mais nada!

MG - A senhora conhece o caso de Angelo [?]<sup>7</sup>, isso aconteceu?

FP - Ah, senhor Monteiro, o senhor pesquisou! Victor Angelo é um grande negociante que recebeu todo esse mundo do qual nós falamos. Não existiam escolas francesas quando eles nasceram; só havia o forte português onde eles recebiam a educação elementar. Mas todo esse mundo, para o resto, ia para o Gana, ou a Nigéria. Meu tio Léopold foi ao Gana, enquanto que meu pai foi à Nigéria.

MG - É então por isso que ele fala também inglês?

FP - Exato! Meu pai foi para a Nigéria assim como meu tio Achille. Eu vou citar para o senhor um pequeno exemplo. O senhor certamente ouviu falar de Albert Macanley, na Nigéria. É um grande político, e foi o pai da independência da Nigéria. E era o sogro do meu irmão que tinha se estabelecido na Nigéria. Um dia, meu irmão me levou para cumprimentá-lo e ele me contou que meu pai e ele foram à escola juntos e que para paquerar as moças, eles colocavam bilhetinhos doces na ponta de uma corda e as meninas puxavam! Então, todo o mundo foi à escola. Eles estavam no King's College, em Lagos. Mas isso incomodava os franceses que chegaram, porque depois da guerra de 14-18, eles voltaram bem antes da colonização francesa. Eles voltaram, eles se instalaram e tudo ia bem. Mas eis que a guerra de 14-18 chegou. Então era um incômodo para eles. Essas pessoas com educação, cultura, fortuna, que podiam de um momento para o outro preparar as pessoas para a independência! Era essa a apreensão do governador Faune, pois ele disse que não queria fazer do Daomé uma segunda Martinica. Porque os martiniquenses tinham status de franceses. Eles eram franceses e obrigados a dar a eles a cultura, pois são os antilhanos, os martiniquenses que eram enviados aqui como administradores de colônias.

FA - Quer dizer que, ao nível das Antilhas da época, a Martinica, o Guadalupe, a Guiana, os antilhanos eram os mais cultivados, os mais altos quadros martiniquenses. Então, eles tinham medo que sobre um continente como a África, um pequeno país como o Daomé produzisse quadros, intelectuais de alto nível. E isso se tornava um

---

<sup>7</sup> Idem.

problema para eles. Se encontrar diante de intelectuais supõe que podemos discutir, que podemos fazer a resistência.

MG - Então eles se atracaram ao Papa Angelo?

FP - Papa Ângelo também declarou falência porque ele era um grande comerciante. Ele fazia importação, ele recebia de Portugal, vinhos, bebidas alcoólicas. Ele estava em relação com a Nigéria e também tinha muitas casas aqui. Tudo isso foi confiscado. Ele tinha até uma usina de limonada.

MG - Papa Ângelo estava em Porto Novo ou em Uidá?

FP - Ele estava em Porto Novo e em Cotonu. Dos bens dele que foram confiscados, a única casa que ele pôde salvar fica contígua ao ex-supermercado Monoprix. Isso foi transformado agora.

MG - Léopold de Medeiros estava estabelecido em Uidá?

FP - Isso. Mas ele estava também em Cotonu, pois que ele tinha construído uma casa em Cotonu, que na sequência, ele alugou aos franceses. Essa casa é hoje a farmácia Notre Dame.

MG - Tem também outro do qual a senhora me falou, Nicolas de Souza.

FP - Nicolas de Souza, ele é engenheiro, ele organizou o bairro, a cidade residencial. Ele começou por construir a cerca viva, primeiro, depois a pata de ganso<sup>8</sup>, tudo isso por volta dos anos 50-55, pois ele morreu em 59, em um acidente de avião. Ele tinha partido negociar a zona dos coqueirais com um senegalês que tinha plantado os coqueiros e que era advogado, o advogado Crespin Haley.

MG - Esse nome, Costa Soares<sup>9</sup> é um nome que deve vir da maior família aristocrática brasileira.

FP - Da Costa Soares.

MG - A senhora tem uma tia que se casou com um Costa Soares?

FP - Minha tia Carlota, irmã do meu pai.

MG - Eles se estabeleceram aqui em Uidá? A senhora sabe alguma coisa?

FP - Eles se estabeleceram em Porto Novo. O marido da minha tia chamava Arthur e tinha se estabelecido no bairro Sadognon. Ele era católico, bem que a mamãe deles fosse nigeriana, ele não podia ser muçulmano, a mãe dele era católica.

---

<sup>8</sup>A entrevistada fala em “patte d’oie”, ou pata de ganso, que parece ter relação com a arquitetura ou construção das residências.

<sup>9</sup>No manuscrito o nome é grafado “Suarez”, mas provavelmente trata-se do sobrenome Soares.

MG - Falemos justamente dos muçulmanos de Porto Novo. A senhora sabe alguma coisa sobre Barbeiro Paraíso, o pai de Ignacio Paraíso? Como ele chegou aqui em Porto Novo?

FP - Não sei grande coisa. Só sei que eles são de origem afro-brasileira. Mas Bandeira e Paraíso, isso não é a mesma coisa!

MG - Sim! É que o pai de Ignácio Paraíso tinha o ofício de barbeiro, de onde o chamavam de Bandeira, que é uma alcunha adicionada a seu nome Barbeiro Paraíso. Depois, tem a família Barbeiro, dos descendentes de Émile Paraíso. Mas eu acho que esses aqui ficaram na terra batida porque a riqueza, o dinheiro e os poderes passaram por Ignacio.

FA - Parece que se existem alguns que conservaram o nome Barbeiro, é certamente por causa dos servidores que eles tinham. Eles não faziam diferença entre Barbeiro e Paraíso e, de fato, eles devem ter pego o sobrenome Barbeiro.

MG - Então eram os servidores? E quando falamos de servidores, domésticos, falamos de escravos. Tem outra anedota, eu li num livro que, no fim do século passado, tinha um branco agudá, um brasileiro, que era muito importante, mas que tinham um gênio muito difícil. Tinham lhe dado um apelido qualquer. Um dia, ele andava pela rua e alguém o chamou por esse apelido. Quando ele se virou, ele interpelou um homem que estava no grupo. Mais do que depressa todo mundo se dispersou e teve um senhor que ficou e que evidentemente não o conhecia. Ele então perguntou a este [sobre o apelido], que respondeu que era sobre um senhor que é assim, assado, e que se chamava fulano. Nosso homem então saiu uma pistola e atirou em cima dele, porque ele era justamente como o outro dizia, duro, duro, que tratava os autóctones como cachorros. A senhora já ouviu falar disso?

FP - Nunca, é a primeira vez. Talvez seja uma simples lenda, que nunca aconteceu.

MG - Já que nós estamos aqui, passemos à história das *Tassinous*. Como elas são escolhidas? Qualquer mulher pode ser *Tassinou* ou bem é preciso forçosamente ser casada com um De Souza?

FA - É uma questão de linhagem, de ramo. Tem um princípio que é preciso entender. Esse princípio é o fato que as tradições se transmitem pelas mulheres. E é a razão pela qual é preciso absolutamente ser De Souza, e conhecer as tradições de seu ramo familiar. Se têm várias *Tassinous* entre os De Souza e que pegamos ramo por ramo, é porque tem pequenas nuances entre os ramos, mesmo através dos louvores. Então, as *Tassinous* que são encarregadas de perpetuar a tradição oral em ocorrência, são então obrigadas de ser da família e de conhecer certo numero de coisas tradicionais. Sendo as mães delas de origem fom, ou mina ou iorubá, lhes transmitiram certas tradições, certos gestos. Para saber como fazer um batizado, como pedir coisas para um casamento, como realizar certo numero de cerimônias na casa, no país.

MG - Por exemplo, na família Almeida, tem também?

FA - Certo. Mas entre nós, não é ramo por ramo. Tem dois ou três que designam para toda a família.

MG - É então, de certa forma, como se o conselho de família fizesse a nomeação das *Tassinou*?

FA - É isso mesmo. É no curso dos jantares que certo numero de critérios e de proposições são designadas.

FP - As meninas que devem tornar-se *Tassinou* são meninas que cresceram muito próximas de suas famílias, que conhecem suas tradições, que não foram distanciadas. E as proposições vêm ramo por ramo.

MG - Por exemplo, o ramo da senhora está representado?

FP - Não, porque não nos pediram por duas razões: nós, nós recebemos uma educação muito católica e nós temos uma cultura, é preciso dizer, acima daquela de certas primas. Nós somos na família De Souza o ramo um pouco [mais] aristocrático que todo mundo. Nós, os filhos de Léopold e de Cesário. Isso faz com que não participemos mais. Se nós pedirem, será preciso primeiro que eu pergunte a minhas sobrinhas, aos filhos do meu irmão. Tinha uma que era *Tassinou* em Lomé, mas que já morreu.

FA - Acho que atualmente tem um contencioso entre os De Souza, com o ramo da Madame Patterson. Contencioso que ainda não foi resolvido.

FP - É por isso que eu vos digo que nós não fomos formados em Uidá.

MG - Mas parece que as *Tassinou* também não têm uma atividade muito católica. Tem coisas que seria preciso suprimir...

FP - Sim. Monsenhor De Souza faz uma dezena de anos tomou posição com relação à Singbomey. Ele suprimiu as cerimônias tradicionais por morte, porque sobre a [?]<sup>10</sup> de Abomé depois da morte fazem um velório onde tem canções fúnebres que contamos e tudo isso. Ele suprimiu tudo. Então, a última que morreu, ele disse: “Eu vos autorizo a cantar e a fazer depois uma cópia dos todas as canções para depositar no túmulo e para enterrar tudo com o túmulo. E, a partir daí, seguiremos um ritmo católico, velório, reza, um ponto e é tudo”.

MG - Mas no Brasil, isso não é muito fácil de compreender, justamente pelo peso das tradições. Porque a realidade é que Dom Francisco de Souza era católico, mas isso não o impediu de ser polígamo e de pegar um fetiche para a entrada da cidade e outro para a saída, e de ter seu próprio templo [de vodun]. A família De Souza é uma família que tem seu próprio templo, conhecido em todo o país.

FP - A família De Souza não tem um templo próprio. Aqueles que ficaram no país depois de terem sido vendidos ao Chachá, e que se tornaram seus colaboradores, não

---

<sup>10</sup> Caligrafia incompreensível.

tiveram enquanto tais um templo. O Dragon era simplesmente um fato para amedrontar as pessoas, não passa, então, de um mito.

MG - E, entretanto, os Dahs do templo de Dagoun vão lá frequentemente fazer sacrifícios e rezar. Eles chegam até a afirmar que é o vodu da família De Souza. Se fosse verdade que todos aqueles que estavam a serviço de Chachá não usaram, na sequência, o sobrenome De Souza, então, todos aqueles que o usam atualmente teriam obrigatoriamente um laço de sangue. Quando eu encontrei o Monsenhor, depois do discurso dele, ele me contou que tem aqueles que não são inteiramente De Souza de sangue e que contam histórias de herança e outras, na família, daí todos esses conflitos aos quais é preciso colocar um fim.

FP - Sobre essa questão, eu sou muito cética. O pai dele era primo do meu pai. Ele era muito próximo da gente. Nossa avó o considerava como um filho. Mas eles viveram fora de Singbomey, em Zomaï. O senhor sabe, quando Chachá chegou, o rei Guêzo permitiu que ele se instalasse. Foi assim que ele criou primeiro Singbomey, e, depois, Adjido, e tudo isso forma o bairro Brasil, em Uidá. De fato, no bairro Brasil, Adjido era para os escravos servidores, e Singbomey era para os filhos, porque cada servidor tinha seu pedaço de terra, ele tinha direito de construir, de se casar, de se alojar.

FIM DA PRIMEIRA FITA K-7

2ª. FITA K-7:

MG - Domingo José Martins morava no bairro Brasil? Porque o comissário Domingos me disse que foi ele que criou o bairro e que foi ele que lhe deu esse nome.

FP - Ele morou nesse bairro. Em nenhum momento eu ouvi falar disso. O bairro Brasil foi criado por Chachá e se estendia até a altura de Zoungbodji. Meu tio Léopold tinha sua plantação lá, que chamamos de Agbodji. E o bairro Brasil continuava até depois dos [ç]<sup>11</sup>. De fato, tem dois Domingos em Uidá: os Martins Domingo, que eram amigos de Chachá, próximo de Docomé, na altura do mercado de Uidá. Esse último tinha, aliás, convidado Chachá para voltar junto com sua família para o Brasil, mas Chachá não quis porque o vice-rei do Brasil não queria admitir as mulheres. É porque a poligamia não é admitida no Brasil. Sobre isso, a resposta tinha sido enviada tanto a Domingo Martins quanto a Francisco Félix de Souza. E Domingo decidiu levar todas as filhas com ele e deixar os filhos junto com suas mães. Ora, ele também tinha se estabelecido na Nigéria, onde o chamavam de os Martins. Mas, foi em Uidá que ele morreu e foi enterrado. Conta a história que o fundador da família voltou ao Brasil e foi seu filho mais velho que aí viveu e que aí morreu.

FA - Sim. Mas segundo a história que eu li, é o fundador da família que era muito ligado à Chachá, porque eles vieram juntos com seus respectivos barcos, com suas

---

<sup>11</sup> Caligrafia difícil.



fortunas, um com suas alianças com o rei de Abomé se viu nomear vice-rei do Daomé, enquanto que o outro acabou por voltar efetivamente com suas filhas, deixando seus filhos homens, assim como suas mães.

MG - Mas essa não é a versão que o comissário aposentado Lucien Domingo me deu. Em efeito, o velho morreu em 1858, quer dizer, no mesmo tempo que Guêzo, com a idade de 95 anos, e ele está enterrado lá (em Uidá).

FP - Ah, é preciso se aproximar dele, para ter mais precisão. Porque o que eu sei é que ele trouxe sua fortuna, enquanto que Chachá tinha sua fortuna no Brasil. E quando ele morreu, ninguém a reclamou, e depois de certo tempo, virou propriedade do Estado.

MG - Não, Madame! De jeito nenhum. Era a propriedade do Barão Pereira<sup>12</sup>, do Império Brasileiro. Tem até uma foto no livro de Verger. É que, a partir de 1815, o tráfico negreiro estava proibido no Brasil. Mas era uma lei para inglês ver. Ninguém levava isso em consideração, mas era uma lei, mesmo assim. E os capitais, no tráfico, dobravam a cada seis meses. Colocavam certo capital em um barco e depois de seis meses ele dobrava. Então, todos os capitais financeiros brasileiros estavam no tráfico. Eram, então, os grandes banqueiros baianos<sup>13</sup> que eram os parceiros de Chachá. Mas, naquele momento [e proibição do tráfico negreiro], [ele, Chachá] não tinha nenhum documento oficial, porque eles só tinham documentos particulares entre eles. Isso durou uma trintena de anos, e desde que isso não era mais possível, de jeito nenhum, Chachá, que tinha uma transferência [?]<sup>14</sup> de dinheiro em um banco no Brasil, e que não tinha voltado ao Brasil, se viu despossuído de seu dinheiro, em benefício do banqueiro. E na morte de Chachá, seus filhos, que não tinham nenhum papel, tiveram que se resignar. Então, a fortuna de Chachá não foi pega pelo Estado brasileiro, mas antes por um banqueiro. E é por isso que, desde que chegamos ao Brasil e perguntamos para esclarecer as coisas, vos respondem simplesmente que não o conhecem!

FP - Mas foi, sobretudo, por sua família e seus filhos que Chachá não quis voltar para o Brasil!

MG - Bom, Madame Patterson, a senhora viu o túmulo de Domingo Josiano?

FP - Não, mas ele existe. Tem uma família em Uidá que chamamos de Martin Correa. É ainda outro ramo. É um príncipe de Abomé que o pai enviou ao Brasil para se instruir. Ele partiu, se casou, e foi por seu casamento que ele pegou o nome de Correa, e foi sua esposa que assim exigiu, que o filho deles pegasse o sobrenome [dela]. Só que ele não podia mais voltar para Abomé porque não era mais a mesma coisa. Ele recebeu outra educação, que não lhe permitia mais de se prosternar diante do rei. Entre seus filhos tem um que se chamava Guillaume, e outro que pegou o nome de Martin Correa. São duas famílias das quais eu sabia que ia vos falar.

---

<sup>12</sup> A caligrafia está difícil, pode ser outro nome.

<sup>13</sup> Foi transcrito “bayernais”, ou “de Bayer”, mas, no contexto, parece tratarem-se dos banqueiros baianos.

<sup>14</sup> Caligrafia difícil, pode ser outra palavra.

MG - E para fechar com chave de ouro, o que é então ser *Tassinou* grande sacerdotisa?

FP - Isso depende da compreensão deles. Porque, em Singbomey, nós éramos afiliadas as pessoas de Abomé. É por isso que nós, oriundos da família Medeiros, de Francisca de Souza e de Francisco José de Medeiros, nós ficamos um pouco à margem. Mas eu tenho uma irmã em Lomé que se ligou a eles sob esse plano costumeiro. Mas nós não temos nada. Quando se é sacerdotisa, isso supõe que se tem um culto. Ora, nosso culto é o culto católico.

MG - Mas, Madame Patterson, fazer parte do conselho de família é um direito pessoal ou são eles que nos dão esse direito?

FP - É meu direito. Mas não me interessaram por isso, não me convidaram.

MG - Para terminar, eu quero saber o que faz um agudá que o não agudá não faz?

FA - Eu acho que é uma questão de cultura, é uma questão de educação. Parece que o agudá, com relação àquele que viveu no exterior antes de voltar, soube associar o essencial e a recreação. Porque eles viveram no exterior, eles conservaram uma visão, uma beleza, uma forma de encantar, de ter um meio ambiente agradável. É a razão pela qual quando você entra na casa de um agudá tem praticamente sempre tudo em ordem, tudo é sempre bem arrumado, bem agenciado, tudo é sempre limpo. É então um negocio de cultura, de educação, que se tornou quase instintivo. Porque se o senhor não está em um meio agradável, não poderá ficar à vontade e evoluir corretamente. É então uma educação, todo um comportamento, uma mentalidade.

MG - Bom, Madame Patterson, Senhor Francis de Almeida, eu não tenho mais perguntas para vos colocar. Só me resta agradecer a vocês.

FIM